

An abstract graphic of a green leaf, composed of various shades of green and teal, curves from the top right towards the bottom right of the page. The leaf has a jagged, geometric edge.

PRÁTICAS DE ANIMAÇÃO

Nº 12

2019

ISSN: 1646-8015

Ficha Técnica

Diretor: Albino Luís Nunes Viveiros

E-mail: albinoviveiros@netmadeira.com

E-mail da revista: revistapraticasdeanimacao@gmail.com

Design/Paginação: Elisa Franco Catanho

Coordenação de conteúdos: Cláudia Paixão

Textos (os artigos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores):

António Sérgio Araújo de Almeida, Daniel Buraschi, María-José Aguilar-Idáñez, Natalia Oldano, Ana Cláudia da Conceição Severino, Mario Viché González, Ana Piedade, Ernesto Candeias Martins, Leonardo Toledo Silva, Luciana Lima Brandão, Gabriel Vitor de Melo Souza, Alexandra Catarina Gajeiro Mota, Joana Jogo Nazário e Rafaela Sousa Carvalho.

Periodicidade: Anual

Número atual: Ano 11 - N.º 12, outubro 2018 | outubro 2020

ISSN: 1646-8015

Revista com referee

Projeto de intercâmbio editorial «Animação Digital» (para aceder às revistas

Quaderns d' Animació i Educació Social e *Animación, territorios y prácticas*

socioculturales clique no logo «AD»):



Apoio:



Índice

CONSELHO DE REDAÇÃO | 2

EDITORIAL | 4

A ABORDAGEM DIALÓGICA NOS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ | 5

A MÚSICA COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL E TERAPÊUTICA NA POPULAÇÃO IDOSA | 18

DA POBREZA À MODA: PERCURSOS DA GASTRONOMIA ALENTEJANA | 34

SUPRIR DISTANCIAS COM O ENFOQUE INTERGERACIONAL: DOS BENEFÍCIOS À INTERVENÇÃO EM ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL | 48

OS CONTEÚDOS CULTURAIS DO LAZER NO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO DE SETE LAGOAS/MG | 72

CONTRIBUTOS PARA A DINAMIZAÇÃO DO TURISMO CIENTÍFICO: O CASO DA GRUTA DA NASCENTE DO ALMONDA, PORTUGAL | 90

LA TRANSFORMACIÓN NARRATIVA. METODOLOGÍA DE UNA EDUCACIÓN SOCIOCULTURAL LIBERADORA | 106

SUPRIR DISTANCIAS COM O ENFOQUE INTERGERACIONAL: DOS BENEFÍCIOS À INTERVENÇÃO EM ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL

Ernesto Candeias Martins

(Instituto Politécnico de Castelo Branco; CeIED da Universidade Lusófona de Lisboa)

Resumo:

A sociedade encontra-se num processo acelerado de transformações e um dos aspetos demográficos é a existência de uma população envelhecida pouco participativa e estereotipada por outras gerações. O enfoque intergeracional tem na realidade de muitos países uma forma díspar de concretização, com resultados pouco difundidos e no caso português com grande escassez de estudos. O papel da educação intergeracional pretende que os educandos se convertam em responsáveis da sua própria aprendizagem, que sejam partícipes nas atividades de intercâmbio de experiências e pontos de vista de umas gerações com as outras, de modo a conseguir-se um desenvolvimento pessoal, grupal e familiar. Trataremos de abordar o enfoque intergeracional desde a educação e tendo como desafio o papel da animação sociocultural e/ou socioeducativa no momento de gerar relações intergeracionais, entre jovens, adultos e adultos maiores. De facto, indagar sobre o impacto dos programas intergeracionais e, em especial da educação intergeracional, nos participantes e agentes implicados na convivência e relação intergeracional é fundamental para responder aos desafios da sociedade atual, que deve promover relações e a solidariedade entre as gerações. Iremos abordar 4 pontos na nossa argumentação: como promover e avançar para a participação social das pessoas adultas maiores/idosos através dos PI/PEI; análise às boas práticas de intervenção que têm sido feitas no desenvolvimento gerontológico (programas dirigidos aos idosos); o enfoque da educação intergeracional como um novo desafio formativo na sociedade atual; impulsionar e implementar os PI para todas as idades/gerações tendo na animação sociocultural um aliado fundamental.

Palavras-Chave: Educação intergeracional; Programas de educação intergeracional; convivência geracional; solidariedade intergeracional; Relações geracionais.

Questões Preliminares de inserção

As relações intergeracionais são inerentes à condição humana, sabendo que existe múltiplas variáveis que convertem a presente sociedade fragmentada, desde o ponto de vista da idade (aumento demográfico dos idosos). A distância geracional é uma realidade que deve ser suprida gradualmente já que o envelhecimento da

população obriga a intervir e aplicar novas formas de relações e de cooperação entre as gerações. Esta preocupação, presente nos organismos nacionais e internacionais, as quais promovem iniciativas e programas, poderá fomentar a prosperidade e o fortalecimento dos laços de convivência geracional. Desde a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, em 2002 (Madrid) e da proclamação do Ano Europeu de Envelhecimento Ativo e da Solidariedade Intergeracional, em 2012 que se têm intensificado o aparecimento de Programas Intergeracionais (PI) e/ou de Programas de Educação Intergeracional (PEI). Os estudos, mesmo escassos em certos países como o nosso, demonstram a pertinência de unir gerações perante os acontecimentos, os problemas e as necessidades do ser humano, para além de oferecer múltiplas oportunidades de promoção da interdependência, da participação comunitária e da cooperação intergeracional (MacCullum et al., 2006). Este desafio dos organismos e entidades pela solidariedade intergeracional na atualidade é bem evidente da importância de realizar e impulsar PI/PEI. Estes na prática têm o objetivo de aproximar as pessoas de diferentes gerações com o intuito de conseguir benefícios mútuos e promover o entendimento e o respeito entre as gerações (Almeida Pinto; Hatton-Yeo; Marreel, 2009: 22). Estes programas, devidamente organizados e planificados, geram relações geracionais, com a finalidade de intercâmbio de experiências e saberes, com vários benefícios pessoais e sociais. Os PI permitem que as gerações entre em contacto (encontro relacional), pois constituem um instrumento de reconstrução do tecido social, o qual parece deteriorado perante os cenários políticos, educativos e económicos, que se terem configurado sob a égide de critérios prioritários de idade (York, 2014).

De facto, o enfoque intergeracional tem vindo a implementar-se de modo dispare na realidade demográfica, com algumas iniciativas e projetos locais, mas ainda longe da grande importância que têm neste século na promoção inter-relacional, convivencial e de qualidade de vida das pessoas adultas maiores (terminologia das Nações Unidas), das crianças, dos jovens e dos adultos neste mundo global (Muñoz García, 2017: 115). Trata-se de um desafio que nós elencamos no âmbito da intervenção social e educativa em vários contextos, constituindo especialmente um desafio para a educação social e animação sociocultural (ASC) e/ou animação socioeducativa (ASE), perante o avanço progressivo do envelhecimento. Esta

abordagem parece desvanecer-se no contexto local rural, comunitário, associativo e escolar, já que não se consolidam em ações definidas (programas, projetos). Assim, partimos do pressuposto duma análise hermenêutica de como entendemos as relações intergeracionais na comunidade, seja com coletivos afetados, seja com a participação dos profissionais que contribuem para essa intervenção.

O propósito do nosso estudo de reflexão epistemológica, refere-se à importância do enfoque (social, educativo e cultural) intergeracional, a partir da promoção de programas/projetos de intervenção e/ou ações (atividades) entre pessoas de diferentes gerações, no encaminhamento do lema da II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, pelas Nações Unidas (8 a 12 de abril/2002, em Madrid), em que se impulsionou a ideia da sociedade para todas as idades, ajustada nas suas estruturas e funcionamento, para além da implementação de políticas às necessidades e capacidades de todas as gerações no novo cenário atual. Esses programas pretendem retirar benefícios de todos para todos, gerindo as possibilidades de todos para todos, num investimento recíproco, na base da equidade, reciprocidade e solidariedade intergeracional. Naquela II Assembleia Mundial surgiu um novo conceito de 'pessoa adulta maior', que vai envelhecendo ativamente em qualidade e em satisfação no seu percurso de vida. Esta aposta por um modelo integrador de envelhecimento permite compreender o significado da vida dessas pessoas nesse ciclo de vida, as suas ações, experiências e possibilidades de participação, dentro do contexto geográfico, social e biográfico próprio (Pérez Serrano; De-Juanas, 2013). É que os aspetos socioeducativos e socioculturais '*dialogam/interagem*' ativamente e constantemente (âmbito relacional e comunicacional), num processo de transferibilidade de saberes, vivências, experiências e práticas com a realidade do processo de envelhecimento (York, 2014: 402), sabendo que a trama de fatores preponderantes do envelhecer varia de pessoa para pessoa e daí haver várias velhices abordadas por distintas ciências.

É óbvio que o envolvimento geracional e o papel das respetivas redes sociais e comunitárias de apoio determinam a promoção, o impulso, a motivação, o potenciar e o promover duma sociedade com melhores indicadores de eficácia participativa e de qualidade (conteúdo) nessa desejada solidariedade intergeracional. Daí que qualquer PI, na sua análise conceptual, aluda a uma tríade de dimensões: intencionalidade da

intervenção do próprio programa; a distância implícita inerente ao *'inter'* em tudo o que sucede entre duas ou mais gerações e/ou idades; a temporalidade e historicidade, que implica falarmos sobre gerações para o bem comum (Gutiérrez Sánchez; Hernández Torrano, 2013: 215). Os estudos confirmam que os PI provocam mudanças positivas nos comportamentos, atitudes e nas aprendizagens (Osborne & Bullock, 2000), de tal forma que na área da saúde as crianças/jovens melhoram a autoestima e estilos de vida com a sua participação, assim como essa mesma participação influi nas atitudes e na cooperação com as pessoas adultas maiores. cremos que os PI permitem que algumas gerações jovens se remontem ao passado no descobrir de experiências e saberes com essas pessoas idosas, conhecendo a história, as tradições culturais a que pertencem (Dupont; Letesson, 2010).

Iremos abordar 4 pontos na nossa argumentação: a ASC no cenário da intervenção gerontológica, destacando o seu papel no trabalho com os adultos maiores, a forma de promover e avançar para a participação social dessas pessoas através dos PI/PEI e, ainda a análise às boas práticas de intervenção que têm sido feitas com programas dirigidos aos idosos; o enfoque da educação intergeracional como um novo desafio formativo na sociedade atual; impulsionar e implementar os PI para todas as idades/gerações tendo na animação sociocultural um aliado fundamental (Sánchez; Díaz, 2005; Sánchez Martínez; Kaplan; Sáez Carreras, 2010).

1.-A animação sociocultural na forja da intervenção social e gerontológica

É um facto real que não sabemos lidar com o envelhecimento populacional, pois constitui um dos maiores desafios da atualidade. Apesar dos esforços e medidas governamentais e de organismos internacionais vemos emergir a falência nos valores éticos e morais, estimulada pela corrupção, desleixo, impunidade e pelo aumento da violência e criminalidade. A solidariedade intergeracional pode reverter não só na quebra de preconceitos sociais frente ao envelhecimento, como na melhoria da qualidade de vida de jovens, adultos e idosos (Rosa, 2012). A maneira como o indivíduo constrói e interpreta as suas situações, nas relações sociais, produz efeitos na sua saúde e bem-estar.

As pessoas que vivenciam aspetos positivos nas relações de apoio intergeracional sentem-se mais positivas em relação a si próprias e ao seu mundo,

suportando melhor a doença, o stress e outras dificuldades. O convívio dos idosos com os seus filhos e netos pode beneficiar mutuamente as gerações, no sentido do aprimoramento dos conhecimentos em relação a história familiar, a cidade onde residem, ao mundo, e fora do contexto familiar, pode facilitar o estabelecimento de uma nova amizade/afetividade que desencadeie a solidariedade e o desenvolvimento cognitivo social. O âmbito afetivo-emocional, a sociabilidade e a comunicação podem ser desenvolvidas a vida inteira. Contudo sob o ponto de vista pragmático, o estímulo à solidariedade, por meio da quebra de preconceitos, poderá ser obtido quando houver um ambiente propício para o conhecimento recíproco entre as gerações. Assim, a experiência em envelhecer é uma experiência comunitária e daí os índices demográficos existentes em algumas zonas interiores do País. O envelhecer arrasta aspetos díspares que dependem muito da capacidade e experiências de cada pessoa. Daí que deverá de haver programas/projetos e ações de intervenção em animação sociocultural e/ou socioeducativa. Vejamos em seguida a importância da animação sociocultural (ASC) no processo de envelhecer das pessoas e os seus benefícios e as boas práticas de intervenção da ASC (Lopes, 2006).

1.1.-Animação sociocultural e o processo de envelhecimento ativo

A animação sociocultural (ASC) tem sido nas últimas décadas um instrumento usado pelos profissionais da intervenção com crianças e jovens (acampamentos, atividades de lazer ou tempos livres e de turismo juvenil, atividades interculturais e de educação não formal, ações recreativas e culturais, etc.) e com os idosos ou adultos maiores (animação gerontológica com diversas atividades e práticas) (Trilla, 2004). Todas essas intervenções pretendem promover um conjunto de ideias e atividades para uma melhor participação e qualidade de vida. ASC tem-se enriquecido com as ciências da velhice em especial a gerontologia social ou gerontologia educativa. Os vínculos entre estas áreas são débeis e algumas vezes confusos para muitos dos profissionais que exercem essas intervenções, principalmente para os que trabalham no âmbito da atenção às situações de risco, de serviços sociais, de dependência e aos problemas relacionadas com o envelhecimento (Nazareth, 2009).

Há países onde a ASC possui apoios institucionais e prestígios académicos para campos de intervenção profissional definidos (Úcar, 1994). Quando a animação

começou a inserir-se nos meandros da gerontologia com uma diversidade de atividades (culturais, festividades e viagens turísticas para a terceira idade e/ou atividades lúdicas, plásticas, artísticas e físico-motoras para idosos institucionalizados) parece ter sido recusada devido ao seu afastamento das suas origens epistemológicas (P. Freire, Ander-Egg, X. Úcar, Caride, etc.) e pelos estereótipos aos coletivos de adultos maiores, comparativamente com a sua conceção à juventude e à sua participação social e comunitária. Ou seja, falar de ASC em pessoas adultas maiores/idosas, no âmbito socioeducativo da educação social e gerontológica resulta *'algo estranho'* ou incompreendido (Úcar, 1997). O termo ASC foi substituído por expressões de intervenção nos idosos, animação gerontológica, dinamização das pessoas idosas, educação gerontológica, feira gerontológica e outros termos que intentam ressaltar os elementos da intervenção (sociocultural, socioeducativa) que caracterizam a atuação desses profissionais na finalidade de darem momentos de satisfação, qualidade de vida ou bem-estar no seu envelhecimento (Lopes, 2006).

De facto, devemos reconhecer que essas intervenções na área da animação sociocultural e/ou socioeducativa (equipamentos ou instituições para idosos) contribuíram para estenderem e consolidarem as políticas sociais de envelhecimento ativo. Na verdade a participação dos coletivos de idosos ou pessoas adultas maiores mantém viva a ASC ao estender valores, ações e metodologias impensáveis na década de 70 e 80 do século XX (Martins, 2013). Continua a ser um desafio de compreensão e integração mútua da animação nos idosos/adultos maiores e no envelhecimento ativo, nos domínios da gerontologia, gerontagogia e geriatria (Pinazo & Sánchez, 2005).

Sabemos que a intervenção na velhice, na sua vertente cultural e educativa proporciona a essas pessoas fortalecerem as suas competências na resolução dos problemas da vida diária, manter-se estimuladas intelectualmente e encontrarem apoios sociais (redes), onde praticam e exercitam o diálogo, a escuta ativa, a partilha de saberes/ideias, a negociação, o debate e o inter-relacionamento pelo convívio. Só assim, se conseguirá promover um estilo de vida saudável e ativo contributivo para a sua qualidade de vida (Mendel; Ohsako & Mauch, 2001).

Cabe ao animador sociocultural, tal como o educador/trabalhador social, desenvolver a responsabilização, autonomia e participação crítica/reflexiva, construtiva e transformadora dos adultos maiores, pois no dizer de Osório e Pinto

(2007: 315) *"o profissional (...) não deve ser um mero executor de programas concebidos à margem do coletivo adulto, mas partir das suas necessidades"*. Por isso conhecer as percepções dos diversos intervenientes, identificar e priorizar os seus problemas e necessidades significativas para depois intervir e, consequentemente promover as relações entre as gerações, envolvendo-as na organização e participação das atividades, constitui as suas funções de intervenção gerontológica. Contudo, há três parâmetros fulcrais no seu desempenho: respeitar a singularidade da pessoa adulta maior, adaptando a comunicação à sua forma de compreensão, posicionando-se no lugar do outro e ao mesmo tempo valorizando a relação de implicação e envolvimento como da pessoa (Pérez, 2008); conhecer (diagnóstico) a realidade dos seus intervenientes, as suas ações, práticas, rotinas e a conduta pelo qual se rege, vendo o sujeito na sua individualidade, mas também no convívio e interação com os demais; programas/projetos de intervenção em ASC pelo diálogo, interação, convívio relacional com os demais, no seu contexto e, por isso a sua execução deve possibilitar a essas pessoas viverem momentos de satisfação e partilha, de troca de experiências/vivências, dando-lhes voz e poder de decisão no seu cotidiano suprimindo as distâncias com as outras gerações e, simultaneamente dar-lhes uma ocupação de atividades ajustadas ao seu processo de envelhecimento.

Paralelamente o animador sociocultural/socioeducativo, nas suas funções de intervenção, realiza um trabalho ativo de motivação, valorização e envolvimento das pessoas nos programas (gerontológicos, intergeracionais) nas práticas e quotidianos das instituições que frequentam/residem e na comunidade local. Aquelas instituições destinadas às pessoas adultas maiores devem priorizar as relações de proximidade e reflexão conjunta (geracional), para assim dar respostas adequadas, principalmente às suas necessidades, tendo a ASC e a educação social um papel relevante nesta área de intervenção, de modo a promover uma visão crítica sobre a realidade envolvente, bem como a autonomia, a participação e a envolvimento das pessoas participantes.

Por outro lado, começa a haver uma crescente preocupação em garantir o bem-estar da população adulta maior e adequar os espaços, os serviços e as respostas sociais existentes às suas reais necessidades e aspirações. Neste sentido cobra cada vez mais importância a ASC e ASE nos equipamentos ou valências disponíveis, assim

como ao nível comunitário. Podemos citar alguns projetos e iniciativas desenvolvidas nos últimos anos para essa população adulta maior:

- *-Projeto *'Recrutar o Futuro'* promovido pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, em 2000, com o objetivo de preparar os indivíduos para a reforma, segundo uma lógica de prevenção e inclusão, através do desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida, a promoção do envelhecimento ativo e o empowerment.

- *-*'Promoção do Envelhecimento Ativo'* resultante em que a Organização Mundial de Saúde publicou, em 2002, um documento com o objetivo de apoiar e implementar políticas e programas que melhorem a saúde, a participação e a segurança dos adultos maiores, bem como apoiar na discussão e formulação de planos de ação que promovam um envelhecimento ativo e saudável (OMS, 2002).

- *-*'RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados'* criada pelo Decreto-Lei nº 101 de 6/06/2006 e as suas entidades promotoras foram o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social consistindo num conjunto de intervenções sequenciais de saúde e/ou de apoio social decorrentes da avaliação conjunta, centrados na recuperação global entendida como o processo terapêutico e de apoio social, ativo e contínuo (unidades e equipas de cuidados continuados de saúde e/ou apoio social, de cuidados e ações paliativas, com origem nos serviços comunitários).

- *-*'PCHI – Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas'* iniciado em 2007, nos distritos de Beja, Bragança e Guarda, e a sua entidade promotora foi o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, tendo como objetivo apoiar investimentos, ao nível do edificado e do equipamento, para a melhoria das condições e do conforto habitacional dos idosos, para que assim possam permanecer nas suas casas o maior tempo possível com qualidade de vida e evitar a institucionalização.

- *-*'Planos de Ação Gerontológicos'* desenvolvidos em algumas partes do país (Lisboa, Matosinhos, Santa Maria da Feira, Madeira, Almada, Amadora, Santarém, etc.) que consistem na criação de redes locais de serviços e respostas para a população adulta maior, através da elaboração prévia de um diagnóstico acerca das suas necessidades e expectativas.

*-Guia Global de *'Cidades Amigas das Pessoas Idosas'* publicado pela Organização Mundial de Saúde, em 2007, que foi o resultado de um projeto que envolveu 33 cidades de 22 países e grupos de discussão compostos por técnicos e adultos maiores, tendo-se elaborado uma lista de verificações para tornar as cidades amigas dessas pessoas adaptadas às suas estruturas e serviços de modo a que estas se incluam nela tendo em conta acessibilidades adequadas.

-'Serviço de Teleassistência Domiciliária'* disponibilizado pela Cruz Vermelha Portuguesa é destinado às pessoas em situação de risco (idade avançada, incapacidades ou limitações) com o acesso a um sistema de vigilância domiciliária permanente e a assistência em casos de emergência (serviço telefónico de apoio aos utilizadores).

-'Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações'*, em 2012, aquando das celebrações deste Ano Europeu, que teve como objetivo alertar para a importância da participação e dos contributos dos idosos para a sociedade e incentivar os decisores políticos e todos os interessados a tomarem medidas e iniciativas que criem as condições necessárias ao envelhecimento ativo e ao reforço da solidariedade intergeracional; etc.

1.2.- Avançar para a participação social das pessoas adultas maiores

Os índices de aumento da esperança de vida nas pessoas (em paralelo com o abaixamento dos índices de natalidade), produzidos devido aos avanços tecnológicos e científicos e outras condições *'modus de vida'* provocaram incremento demográfico no coletivo de pessoas maiores, com perfis e situações/condições diferentes, que implicam mudanças, especialmente nas estruturas e ambientes social e familiar. Essas alterações nas relações familiares e nos modelos de família tradicional, associado à incorporação da mulher no mercado de trabalho, às mobilidades laborais e emigrações no setor jovem, aos processos de urbanização da população, etc. fizeram diminuir o tamanho dos núcleos familiares básicos, as dimensões das próprias casas de habitação, como domicílios, à redução dos núcleos populacionais rurais, ao envelhecimento do interior do País (índices elevados em concelhos de Guarda, Vila Real, Bragança, Idanha-a-Nova, Oleiros, etc.).

Todos estes fatores irreversíveis alteraram as redes tradicionais de apoio e de atenção familiar e aos idosos e, ainda o papel do cuidador informal (assumido pelas mulheres em relação aos dependentes) e da rede social de voluntariado. Ora perante este cenário e sabendo que a rede de social de equipamentos parece dar resposta a uma sustentabilidade desejável, assim como outras intenções de política social e de redes de apoio, o que parece enquadrar-se nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS). Contudo, só podemos enfrentar os desafios do envelhecimento (ativo, exitoso, satisfatório e em qualidade) se orientarmos as intervenções e atuações (sociais, culturais, assistenciais e de serviços), através de planos gerontológicos e/ou PI.

De facto, o envelhecimento ativo implica uma participação contínua das pessoas maiores nos problemas e situações comunitárias e/ou coletivas de todo tipo, de modo a ampliar a esperança de vida saudável e a qualidade da mesma para todas as pessoas residentes, em especial as do mundo rural e suburbano. A intervenção social e cultural, onde incluímos o papel da educação social e animação sociocultural/socioeducativa, assim como a promoção de empreendedorismo na terceira idade ou no âmbito intergeracional, pretende diversificar e melhorar os modelos sociais existentes nesses territórios de baixa densidade populacional e elevados índices demográficos no período da velhice, para além de reconhecer e incorporar essas pessoas adultas maiores como transmissoras de conhecimentos, vivências, valores e tradições essenciais para as novas gerações. Neste sentido de política cultural e territorial os municípios, as instituições sociais e educativas e as associações/organismos associativos devem criar e promover espaços de encontro, de convivência e de intercâmbio de saberes, entre gerações, de modo a contribuir para esse respeito, aproximação e dignificação das pessoas nas diferentes etapas de vida, convergindo para uma solidariedade geracional (Pinazo & Sánchez, 2005).

É um facto que os PI e/ou PEI constituem uma ferramenta primordial para estimular, promover e melhorar as relações entre as pessoas idosos e as gerações mais jovens e, simultaneamente, favorecer o seu desenvolvimento pessoal, social e afetivo-emocional. Historicamente os PI começaram no Canadá, EUA, Austrália e nos países europeus nórdicos, nos finais do século passado, dando resposta a várias problemáticas surgidas, por exemplo: a integração de imigrantes, de etnias, de

reformados jovens, de modo a fomentar o envelhecimento. Neste caso insistência das Nações Unidas na prática intergeracional é de destacar como uma 'boa prática e tática para potencializar a coesão social. Daí que os PI sejam veículos/meios e estratégias de intercâmbio determinado e continuado de recursos e aprendizagens, entre as gerações (jovens, adultos e idosos), de sensibilização e promoção do apoio social e intercâmbios, com a finalidade de se gerarem benefícios individuais e sociais e laços afetivos ao nível da comunidade ou da população (Abrams; Eller & Bryant, 2006). Só assim, se poderá construir uma sociedade mais justa, integrada e solidária (geracionalmente), com atividades dirigidas a fins benéficos para as gerações e, onde a animação sociocultural/socioeducativa, tem uma função especial.

Ora bem as relações intergeracionais permite a intergeracionalidade, o qual implica que as pessoas de cada geração realizem atividades potencializadoras de uma consciencialização mútua e integral das suas diferentes perspetivas. Convém distinguir a intergeracionalidade da multigeracionalidade, pois este último conceito supõe uma partilha e participação de atividades e de características entre as gerações, sem uma necessária interação, nem uma influência entre elas, daí utilizarmos no nosso estudo o primeiro conceito e enfoque intergeracional (Sáez Carreras, 2002). Assim, só mediante a solidariedade, a cooperação e apoio mútuo entre todas as gerações poderemos conseguir que as oportunidades de crescer, desenvolver-se e envelhecer ativamente estejam ao alcance de qualquer pessoa. A Rede de Relações Intergeracionais ou Rede Intergeracional intenta implementar essa sociedade para todas as idades, no seguimento da II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, em 2002, pelas Nações Unidas.

Deste modo, a participação das pessoas adultas maiores têm que ser envolvidas em programas intergeracionais, pois estes constituem o veículo, os meios, as estratégias, as oportunidades e as forma de criação de espaços de encontro, sensibilização, de promoção do apoio social, do intercâmbio recíproco, de aprendizagens, de compromisso e valores úteis orientados a produzir entre as gerações laços afetivos, mudanças e benefícios de toda a índole, na construção de uma sociedade mais justa, integrada e solidária (Sánchez, 2007; Sánchez Martínez ; Kaplan & Saéz Carreras, 2010).

1.3.-Promover boas práticas de intervenção com os adultos maiores

A atenção dada à melhoria dos idosos e a sua qualidade e bem-estar de vida em territórios específicos como as zonas do interior rural exige uma intervenção (plano de boas práticas) norteada pela (Pérez Serrano, 2008):

- *-Inovação no âmbito das intervenções e ações socioeducativas e socioculturais habituais que envolvem as pessoas adultas maiores e as redes sociais de suporte, o que implica respostas integrais às necessidades ou aos problemas de atenção a esses coletivos, seja em termos de organização criativa, inserida nos recursos sociais e de serviços já existentes, seja na criação de novos recursos e serviços nesses territórios de baixa densidade demográfica.

- *-Orientação e envolvimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas adultas maiores, tendo em conta as dimensões da qualidade e satisfação para a vida desses coletivos e/ou dos grupos relacionados (famílias, cuidadores, comunidade), implementando um bem-estar físico, emocional, relações interpessoais, inclusão social, desenvolvimento pessoal (social e comunitário), material/económico (empreendedorismo), autodeterminação, direitos, etc. a bem de um envelhecimento ativo e saudável.

- *-Participação ativa, cívica e comunitária dos agentes e agências implicados com o bem-estar das pessoas adultas maiores, das famílias cuidadoras, dos profissionais e serviços ao nível local ou territorial.

Alguns exemplos destas boas práticas de PI orientados às pessoas adultas maiores (Monreal; Del Valle & Serda, 2009; Pinazo, 2012) para poderem viver com qualidade, são por exemplo: potencializar aptidões/habilidades no âmbito da residência/domicílio (rede social de vizinhos); a promoção do envelhecimento ativo e saudável, através de uma sensibilização e consciencialização de uma educação para a saúde (hábitos saudáveis) e de bem-estar físico e emocional; potencializar a prática do artesanato e ofícios/profissões antigas, que representam a identidade local/regional, envolvendo outras gerações, de modo a recuperar as tradições, os costumes, a educação popular e a historicidade cultural; caminhadas em grupos (geracionais), visitas a lugares religiosos/santuários, passeios e viagens de índole patrimonial/cultural e termal, evitando situações de isolamento e solidão; feiras intergeracionais com

envolvimento de instituições sociais, educativas e associações; criação de rede social de pessoas adultas maiores e famílias dos territórios de baixa densidade demográfica (inter municipal e/ou paroquial; promoção de ateliês ou oficinas de leitura e contos inserida no âmbito da animação sociocultural; incrementar a atenção e apoio à dependência nas zonas rurais ou de baixa densidade demográfica, seja de índole pessoal, doméstico e social, com envolvimento da família e comunidade, seja na melhoria dos serviços sociais; programas promoção de relações intergeracionais (espaços paroquiais, municipais, associativos), convidando à participação das gerações e ao conhecimento das necessidades reais de cada geração, de modo a criar empatia e laços afetivos nos grupos de diferentes idades; etc.

De facto a realidade cotidiana do mundo da vida inclui a natureza experimentada e/ou vivenciada, o mundo social e cultura na qual se insere e atua a pessoas, sabendo que esse modo de vida da quotidianidade dessas pessoas vai-se construindo no alicerce do que fazem, do porquê o fazem ou do que fizeram ou do que pensam fazer nele (Pérez Serrano, 2008). Por exemplo, em termos de intervenção o uso da metodologia do *photovoice* e da investigação-ação (colaborativa) pode ser uma boa forma de conhecer esses estilos de vida, que configuram as influências pessoais/familiares, biológicas, socioculturais e educativas no seu contexto histórico, biográfico e vital.

Sabemos que o *'modus vivendi'* – estilos de vida das pessoas não estão isolados dos contextos a que pertencem/vivem, devendo estar em sintonia com os objetivos do progresso de desenvolvimento comunitário e/ou do bem-estar da própria pessoa humana, satisfazendo-lhes as necessidades primordiais e os problemas prementes e, daí serem importantes esses comportamentos e atitudes configuradores da maneira de viver nesses territórios de baixa demografia. Ou seja, essa visão do mundo, os valores, o sentido de vínculo/pertença e as atitudes, mesmo sendo resilientes às mudanças, são de grande importância no processo da velhice, destacando-se o papel das redes sociais de suporte e os profissionais dos serviços orientados para essas pessoas adultas maiores ativas.

É neste sentido que a animação sociocultural e socioeducativa orienta e facilita atividades que promovam estilos de vida saudáveis para todas as gerações. No caso específico do animador sociocultural e/ou educador social este molda-se consoante a

especificidade dos coletivos que tem perante si, não podendo perder a capacidade de observar, diagnosticar, ouvir e agir em conformidade dos interesses dos outros, estimulando-os nas suas capacidades de agentes e protagonistas do seu próprio desenvolvimento (Peres & Lopes, 2007). O animador sociocultural como um educador incentivador, dinamizador e impulsionador de mudança, constitui um elemento fulcral para potenciar as capacidades de relação entre pares, a partir de um conjunto de estratégias ativas que implicam atividades diversificadas em contextos de aprendizagem não formal (Trilla, 2004). Ou seja, promover e fazer adquirir novas competências, habilidades e formas de envolvimento sociocultural (Lopes, 2006).

2.- Desenvolver a educação intergeracional como um novo desafio formativo

Sabemos que a educação/formação em valores contribui para as aprendizagens, seja em contexto formal ou não formal dos indivíduos, pois no seguimento do Relatório de J. Delors (1997) permite-nos aprender ao longo da vida entre as gerações (educação permanente), reforçando as recomendações da Agenda 2000, em Lisboa. Na prática a educação geracional promove 4 pilares básicos na formação, que são: ensinar a viver conjuntamente, no diálogo e na resolução de conflitos, num processo de socialização enriquecedor para todos, devido aos benefícios advindos; ensinar a conhecer no reforço da capacidade de pesquisar e desenvolvimento comunicacional, no viver em contacto com outros conhecimentos e aspetos adaptados às necessidades dos sujeitos; ensinar a fazer, aprendendo pela interação e reflexão-ação; ensinar a ser na (auto)realização individual e coletivamente, incrementando as experiências de autoestima e a satisfação.

A educação ao ser libertadora e caracterizada por aprendizagens significativas, em que cada geração se encontra implicada e motivada para conhecer a realidade e poder transformá-la, no seguimento de valores de justiça e equidade. Na nossa perspectiva a educação deve possuir um enfoque multidimensional, de apoio e de responsabilidade contínua entre as gerações, na compreensão e respeito pelo pensar e atuar do outro, em potencializar valores (diálogo intergeracional), na aceitação do outro (equidade e justiça social) e possibilitando à pessoa momentos de reflexão sobre a bagagem cultural da educação acumulada ao longo dos anos. De facto, a educação

intergeracional melhora tanto pessoal como socialmente as relações (García Minguez, 2005).

De facto, o diálogo intergeracional e entre culturas pretende o descobrimento de valores simbólicos para enriquecer os próprios projetos de vida, o desenvolvimento colaborativo (intercâmbio ideias), para além de aproximar culturalmente as diferentes idades, permitindo o intercâmbio de tradições, modos de ser/atuar, valores, saberes, experiências e conhecimento da história (Sáez Carreras, 2002: 39). Ao estarmos num contexto acelerado de envelhecimento da população aumenta a importância e análise da educação intergeracional, inserida na dinâmica dos diferentes contextos e relações entre os sujeitos, gerando processos de reflexão, de ações/atividades, contributos díspares de convivências e experiências úteis a uma harmonia entre gerações, na sociedade atual.

Desde ponto de vista educativo é necessário incidir na formação de professores de modo a que estes possam implementar os PEI, possibilitando o entendimento da realidade heterogénea e a aproximação às gerações, numa articulação de reflexões e interconexão entre teoria e prática. McCrea, Weissmann e Thorpe-Brown (2004) destacam a organização destes programas em 6 fases: diagnóstico e planificação, a partir do levantamento das necessidades, dos grupos e estabelecimento dos objetivos, lista de atividades e limitações previstas; mobilização dos participantes com métodos adequados a conseguir maior participação e estratégias motivacionais; orientação e formação dos participantes (conhecimentos e habilidades propostas) no período temporal de execução dos programas; implementação/execução do programa com estratégias, procedimentos e realização das atividades com respetivos recursos e envolvimento de diversos profissionais; avaliação contínua e final (resultados) em relação aos objetivos propostos e às realizações das sessões, para além da reflexão (relatórios) dos profissionais, das organizações e grupos parceiros; apoios e financiamento para execução dos PI.

É sabido que a convivência e o trabalho em comum (colaborativo, participativo) oferece uma oportunidade de educação intergeracional geradora de enriquecimentos mútuos. Na verdade, a formação evolui a partir de diferentes modelos de aprendizagem, promovendo uma melhor educação, com um enfoque multidimensional, de apoio e de responsabilidade permanente entre todas as

gerações. Daí o papel da educação intergeracional que implica, por si mesma, uma compreensão pessoa, social e cultural, melhorando e respeitando o modo de pensar e atuar do (s) 'outro (s) ', através do encontro de potencialização de valores e experiências entre crianças, jovens, adultos e adultos maiores. Por isso, o diálogo intergeracional ancora-se na construção de novas vias de entendimento (humano), com a aceitação dos outros e, em especial de quem possui mais idade. Assim, a tradicional educação permanente vê-se substituída pelo conceito de educação ao longo da vida, ressaltando a importância das aprendizagens, na comunidade, na procura de mais equidade e justiça social nas pessoas, independentemente da idade, geração ou raça ou cultura (Medel, Ohsako & Mauch, 2001). É evidente que a educação, no seu repertório cultural e de valores, constitui uma prática que nos caracteriza como seres humanos e que se vai acumulando ao longo da vida. Desse processo educativo compreendemos melhor os saberes, derivados dos valores próprios de cada época, cultura e civilização. Pouco a pouco identificamos esta ideia da educação como um processo de aperfeiçoamento contínuo da pessoa inserida na sociedade.

Há, pois um impacto ou benefícios dos PI/PEI nos participantes (diversas gerações), famílias e profissionais no desenvolvimento e execução desses programas ao nível comunitário e municipal, já que a participação, as relações estabelecidas e a comunicação envolvida favorece um clima social e comunitário que se repercute no bem-estar de crianças, jovens, adultos e adultos maiores (Dupont; Letesson, 2010). Ou seja, contribui especialmente para aumentar as redes sociais das pessoas maiores no seu envelhecimento ativo, forjando outra imagem da velhice e diminui os estereótipos.

3.-Impulsar os PI para todas as idades/gerações com animação sociocultural

O enfoque intergeracional pretende em sociedade para todas as idades ajustada às estruturas e funcionamento e as políticas para resolver necessidades em benefício de todos os intervenientes. O propósito, no sentido do envelhecimento ativo, é o de um modelo integrador de envelhecer (Pérez Serrano; De-Juanas, 2013), em que o processo de envelhecimento seja um desafio para a sociedade e para o indivíduo que envelhece, potencializando o contacto entre gerações jovens e idosos e fortalecendo a solidariedade e as associações intergeracionais. Com o Relatório das

Nações Unidas, de 2012 – *Ageing in the Twenty-first Century*, ao analisar a situação desses coletivos de pessoas idosas, declarou-se o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e a Solidariedade Intergeracional e propôs-se na Europa o objetivo dum envelhecimento saudável, no âmbito duma sociedade para todas as idades ((Osborne & Bullock, 2000; Pinazo, 2012).

Os PI permite as relações geracionais, impondo critérios. Este enfoque em termos educacionais e de animação sociocultural está orientado para a atenção e capacidade da ação institucional aos problemas sociais/culturais, admitindo que as respostas fortalecem os processos de desenvolvimento humano, desde que sejam impulsadas e desenvolvidas a partir do encontro e vínculo entre gerações. Ou seja, haverá que proporcionar formas de otimização das oportunidades de participação, na saúde, segurança e até de educação (ao longo da vida) (OMS, 2015). Trata-se, pois de organizar atividades intergeracionais, possibilitando enriquecimento das relações sociais, na base do desenvolvimento local. Assim, os objetivos dos PEI assentam: refletir sobre conceito próprio da educação ao longo da vida; compreender os distintos factos e mudanças produzidas na sociedade atual a partir do diálogo intergeracional; estabelecer novos procedimentos possibilitadores de um maior entendimento e comunicação entre jovens, adultos e idosos, superando estereótipos e representações erróneas; possibilitar aos idosos novas perspetivas e melhor compreensão da atualidade (visão dos jovens); refletir a formação didática dos professores perante a educação intergeracional e a execução dos PEI (Sánchez, 2007).

Neste sentido de implementação os propósitos e os recursos municipais favorecem a realização dos PI e/ou PEI, tendo em conta a rede de associações (culturais, desportivas/recreativas e sociais), do voluntariado, dos profissionais ligados à intervenção social, das instituições e/ou valências para idosos e dos espaços comunitários. Ou seja, as necessidades e os planos das diversas associações e instituições sociais podem e devem incluir nos seus projetos o âmbito intergeracional, inculcando maior incentivo às pessoas (principalmente aos jovens) que têm disponibilidade de tempo, neste caso as pessoas idosas têm essa pré-disposição temporal, com a participação de profissionais de instituições do município, das instituições educativas e sociais, numa simbiose de participação cidadã para os problemas reais da comunidade e das necessidades para uma melhor qualidade de

vida local. Estes benefícios potencializam a intergeracionalidade, promovendo o encontro e intercâmbio entre pessoas e grupos pertencentes a distintas gerações (Newman, Gutiérrez Sánchez, 2007: 49).

Propostas de mesa redonda/painel ou de convívio intergeracional:

- *-Caminhadas, visitas patrimoniais, culturais ou arquitetónicas, desporto suave;
- *-Aprender gastronomia dos idosos: a cozinha dos sabores às delícias;
- *-Fazer trabalhos manuais e de expressão plástica conjunta;
- *-Tarefas de vida quotidiana e de bricolage (aprender dos mais velhos e vice-versa);
- *-Aprender dos audiovisuais com realização de vídeos e fotografias (técnica de imagem) e, ainda promover a técnica do Photovoice como processo de consciencialização dos problemas da comunidade e da contingência das soluções;
- *-Aprender novas tecnologias da informação (TIC) aprendendo a utilizar o telemóvel, a tablet, o computador e enviar mensagens, etc. (Infosenior)
- *-Semana da criança, Semana do Jovem e Semana do Idoso: participação conjunta com celebração de um motivo conjunto às gerações;
- *-Baile, dança e coreografia: a musicoterapia e a música como relaxe e mobilidade;
- *-Contar Contos entre adultos jovens e idosos destinados às crianças ou aos mais jovens;
- *-Risoterapia: ateliê do riso através de anedotas e fantochadas;
- *-Gerar ideias para promover a participação juvenil: celebração do avô favorito e do neto distinguido pelos valores/qualidades;
- *-A mulher e a moda e o seu papel na sociedade;
- *-Profissões antigas e o artesanato e, ainda os testemunhos profissionais; etc.

Nesta realização de atividades de PI necessitam-se de espaços abertos identificados como convivência geracional, por exemplo: Pavilhões, universidades seniores, praças e jardins públicos, centros culturais/recreativos, auditórios de escolas, espaços de bairros, etc.

Finalmente é importante na execução dos PI saber o seu impacto nas pessoas adultas maiores e, em especial, os das zonas rurais, e com as famílias dos

participantes. Os estudos confirmam que os PI e PEI, em alguns países (Abrams; Eller & Brynt, 2006; Osborne & Bullock, 2000; Sánchez, 2007), melhoram o bem-estar físico, psicológico e social dessas pessoas adultas maiores. Em relação ao bem-estar psicológico o contacto intergeracional aumenta a autoestima e a capacidade de enfrentar situações de doença (mental, depressão) e isolamento, sendo a aproximação e realização de atividades com crianças e jovens úteis para se sentirem mais animadas, com mais energia e possibilidades de estabelecer relações com os outros. Além disso os profissionais que participam nesses programas (PI/PEI) confirmam o sentido de participação em determinado tipo de atividades intergeracionais. Relativamente ao bem-estar físico e social o incremento de relações sociais diminui as situações de solidão, de isolamento, a capacidade de enfrentarem as suas doenças e incrementa a sua vitalidade cotidiana, pelo convívio e laços de amizade criados (MacCallum et al., 2006). Por isso, o impacto desses PI/PEI cria a participação prática (intergeracional), com repercussão no seu bem-estar e qualidade de vida. A implicação dos adultos maiores, assim como nas suas famílias com crianças/jovens enchem de alegria, satisfação e vitalidade, fazendo esquecer os momentos menos bons do seu processo de envelhecimento, estendendo esse estado anímico para as suas famílias e, consequentemente o aumento das relações no núcleo familiar.

Encerrar com algumas ideias (IN) conclusivas

As características dos futuros idosos, seniores e/ou adultos maiores não será igual ao atual e, por isso, é difícil fazer-se uma projeção de indicadores (Rosa, 2012). O avanço das ciências da velhice e/ou da saúde permitem a esses coletivos viverem mais anos aumentando as probabilidades de possuírem mais meios económicos, sociais, culturais, educativos e médico-sanitários e assistenciais. Há já alguns estudos pioneiros sobre a análise às condições de vida dos futuros adultos maiores na Europa (FELICIE - *Future Elderly Living Conditions in Europe*). O ideal é que esses futuros coletivos vivam cada vez mais no domicílio, com o seu cônjuge, em proximidade com os amigos, com um maior apoio em rede de cuidadores e voluntariado, melhores recursos económicos e condições habitacionais para promoverem níveis de qualidade de vida em comum. Atualmente os cuidados informais prestados aos adultos maiores são geralmente feitos pelo cônjuge (as mulheres prestam esse serviço e aguentam melhor a situação

de solidão) e familiares, mas cada vez mais os filhos não têm capacidade, nem disponibilidade para os cuidar. A agravar estas situações acrescentamos ainda: o surgimento da emancipação da mulher e a sua inserção no mercado de trabalho; divórcios constantes e alterações nos modelos atuais de família; a forma arquitetónica e as dimensões das habitações ou vivendas onde residem os idosos, com difícil acessibilidade para a sua mobilidade; as dificuldades de conciliação da vida profissional com a vida familiar; o desemprego dos familiares e as dificuldades económicas; o fraco pecúlio das pensões dadas aos idosos, etc. Verificamos que, os adultos maiores com elevada necessidade de cuidados e falta de apoio familiar, são as mais propensas a institucionalizar-se, com um maior gasto ao nível dos cuidados de longa duração, o que reflete diferentes níveis de apoio. Tudo isto constitui um desafio para o Estado (e famílias) ao tentar dar resposta a essa falta de disponibilidade dos cuidadores informais, obrigando a reequacionar os serviços e as respostas sociais.

Além disso, o nível educacional dos futuros adultos maiores prevê-se que será cada vez maior, porque os níveis de escolaridade têm sofrido uma evolução com um aumento de pessoas a completarem o ensino secundário e o ensino superior. O facto de existir um aumento do nível educacional, implica que haja uma perda do valor do diploma e uma contínua lacuna nos níveis de escolaridade entre as gerações mais novas e os adultos maiores. No entanto, essa desigualdade será um fator importante na integração dos adultos maiores na sociedade de amanhã, apesar de os futuros idosos virem a ter maiores níveis de escolaridade, e consequentemente melhores carreiras profissionais. É difícil prever como serão as suas condições económicas devido ao futuro incerto do fundo de pensões, bem como de outros fatores que não são previsíveis como o desempenho macroeconómico e as políticas governamentais.

Os estudos na área dos PI/PEI, sendo escassos no nosso país, demonstram que a relação entre os indivíduos de diferente geração tem um impacto positivo para todos os implicados nesses programas (Almeida Pinto; Hatton-Yeo & Marreel, 2009). O aumento do bem-estar físico, psicológico e social das pessoas idosas, a mudança de perceções dos jovens sobre esses coletivos são consequências muito úteis na eliminação de representações erróneas. Daí que o impacto dos PI/PEI sobre os participantes (crianças, jovens/adolescentes, adultos e idosos) e sobre outros agentes indiretos nessa relação intergeracional (familiares, profissionais, instituições e

comunidade), sendo determinante a análise avaliativa que fazem os profissionais executores desses programas

Reconhecemos que há uma necessidade dos municípios e administração pública, das instituições sociais e instituições de ensino superior em promover o exercício da educação e formação das pessoas adultas maiores, elaborando programas dirigidos a diferentes níveis educativos e promovendo a participação das gerações em encontros e espaços para o entendimento intergeracional, numa troca de experiências, vivências e saberes de grande proveito para todas as gerações envolvidas.

A educação ao longo da vida supõe uma característica fulcral e necessária para o desenvolvimento integral da pessoa independentemente da idade. Intervir no âmbito dos PI e/ou PEI implica a prática benéficos para todas as pessoas implicadas (profissionais, participantes, familiares, comunidades e instituições parceiras, sendo muito positivo ao projeto de vida de cada um. A realização desses programas com os seus projetos ajudam a melhorar o intercâmbio cultural, a cooperação, promove o empowerment, diminui a exclusão social, incentiva o empreendedorismo e possibilita um maior bem-estar na sociedade. Nesses programas (PI, PEI) deve-se priorizar a consecução dos roles sociais igualitários, em mudança e múltiplos, antecipando a qualidade da interação, criando nos espaços comunitários o diálogo intergeracional (dinâmicas de grupo) de modo a alcançar a solidariedade entre gerações. A formação dos professores nesta área é essencial para a execução desses programas, constituindo um desafio para a sua profissão, implicando-se e desenvolvendo novas atuações/ações no horizonte educativo, conhecendo os 'alunos' através da implementação da educação intergeracional. Além disso, melhora-se a comunicação entre gerações fomentando na prática novas técnicas e estratégias (procedimentos) de aprendizagem e formação.

A grande finalidade da educação intergeracional é que todos os intervenientes das diversas gerações se convertam em responsáveis da sua própria aprendizagem, que participem nas atividades, no intercâmbio de experiências e pontos de vista, conseguindo um desenvolvimento pessoal, grupal e familiar (Sánchez; Díaz, 2005). O trabalho com as gerações e, em especial, com os idosos supõe um elemento fulcral no avanço e desafio da sociedade atual e, por isso, com os PI e/ou PEI favorecemos a

intervenção, o compromisso social, a mediação geracional e reconhecemos que todos têm um grande potencial social. Apesar dos aspetos positivos dos PI/PEI é necessário continuar apostar e indagar os benefícios destes programas, consolidando as boas práticas e contributos à sociedade.

Bibliografia

Abrams, D.; Eller, A. & Bryant, J. (2006). An Age Apart: The effects of intergenerational contact and stereotype threat on performance and intergroup bias. *Psychology and Aging*, 21 (4), p. 691-702

Almeida Pinto, T.; Hatton-Yeo, A. & Marreel, I. (2009). *Guide of Ideas for Planning and Implementing Intergenerational Projects. Together: Yesterday, Today and Tomorrow.* – The Project MATES (Mainstreaming Intergenerational Solidarity is co-financed by the Lifelong Learning Programme from the European Commission, as a Grundtvig Accompanying Measures Project). Lisbon: Intergenerational Valorisation and active Development Association ISBN: 978-989-8283-01-6

Barreto, João (2005). Envelhecimento e qualidade de vida: desafio atual. *Revista Sociologia*, 15, p. 289-302.

Delors, J. et al. (1997). *Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI* (3ªed.). Rio Tinto/Porto: ASA

Dupont, C.; Letesson, M. (2010). *Comment développer une action intergénérationnelle?* Bruxelles : De Boeck

García Mínguez, J. (coord.) (2005). *Programas de educación Intergeracional. Acciones estratégicas.* Madrid: Dykinson

Gil, Ana Paula. (2007). Envelhecimento Ativo: complementaridades e contradições. *Fórum Sociológico*, 17, p. 25-36.

Gutiérrez Sánchez, M. (2011). *Programas Intergeneracionales. Teoría, política y práctica.* Tesis de Doctorado en Alemania. Saarbrücken: Editorial Académica Española

Gutiérrez Sánchez, M.; Hernández Torrano, D. (2013). Los beneficios de los Programas intergeneracionales desde la perspectiva de los profesionales. *Pedagogía Social – Revista Interuniversitaria*, nº 21 (enero-junio), p. 213-235

Lopes, M. S. (2006). *Animação sociocultural em Portugal: Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural*

MacCallum, J. et al. (2006). *Community Building Through Intergenerational Exchange Programme.* Australia/Sidney: National Youth Affairs Research Scheme

McCrea, J.M.; Weissmann, M. & Thorpe-Brown, G. (2004). *Connecting the Generations: A practical guide for developing intergenerational programs.* Pittsburg, PA: Generations Together

Mendel, C.; Ohsako, T. & Mauch, W. (2001). *Revisiting Lifelong Learning for the 21 st Century.* Hamburg: UNESCO/Institute for Education

- Mínguez, J. G. & Bedmar, M. (coords.) (2002). *Hacia la Educación Intergeneracional*. Madrid: Dykinson
- Muñoz García, M^a R. (2017). El enfoque intergeracional: Del contexto global al contexto local de Alcobendas. *RES- Revista de Educación Social*, nº 25 (julio), p. 113-133
- Nazareth, J. Manuel (2009). *Crescer e envelhecer: constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico*. Lisboa: Editorial Presença.
- Newman, S. & Gutiérrez Sánchez, M. (2007). Los Programas Intergeneracionales: Concepto, Historia y Modelos. In: M. Gutiérrez Sánchez (dir.), *Programas Intergeneracionales: Hacia una sociedad para todas las edades* (p. 37-79). Barcelona: Fundación 'La Caixa'
- Osborne, S.S. & Bullock, J. R. (2000). Intergenerational Programming in Action: Befrienders. *Educational Gerontology*, 26 (2), p. 169-182
- OMS (2015). *Active Ageing: A policy framework response to the longevity revolution*. Rio de Janeiro: International Longevity Centre Brazil
- Osório, A. & Pinto, F. (2007). *As pessoas idosas – contexto social e intervenção educativa*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Pérez Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais – Casos Práticos*. Porto: Porto Editora
- Pérez Serrano, G.; De-Juanas, A. (coords.) (2013). *Calidad de vida en personas adultas y mayores*. Madrid: UNED
- Pinazo, S. & Sánchez, M. (2005). *Gerontología. Actualización, innovación y propuestas*. Madrid: Pearson Prentice Hall
- Pinazo, S. (2012). Las personas mayores proveedoras de conocimientos y cuidados. El papel de los Programas Intergeneracionales. *Educación Social*, nº 51, p. 45-66
- Rosa, M^a João V. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sáez Carreras, J. (2002). Hacia la Educación Intergeneracional. Concepto y posibilidades. J. G. Mínguez & M. Bedmar (coords.), *Hacia la Educación Intergeneracional* (p. 25-36). Madrid: Dykinson
- Sánchez, M. G.; Díaz, P. (2005). Los programas intergeneracionales. In: S. Pinazo & M. Sánchez (dirs.), *Gerontología. Actualización, Innovación y propuestas* (p. 393-430). Madrid: Pearson-Prentice Hall
- Sánchez, M. G. (2007). *Programas intergeneracionales. Hacia una sociedad para todas las edades*. Barcelona: Fundación 'La Caixa'
- Sánchez Martínez, M.; Kaplan, M.; Sáez Carreras, J. (2010). *Programas Intergeneracionales. Guía Introductoria*. Madrid: IMSERSO
- Trilla, J. (coord.) (2004). *Animação Sociocultural – Teorias, programas e âmbitos*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos
- Úcar, X. (1994). El estatuto epistemológico de la animación sociocultural. *Revista Interuniversitaria – Teoría de la educación* (Univ. De Salamanca), Vol. VI, p. 161-183

Úcar, X. (1997). Animación sociocultural, complejidad y modelos de intervención. *Educación Social (Revista de Intervención Socioeducativa* - Institut de Formació de la Fundació Pere Tarrés/Barcelona), nº 5 (enero-abril), p. 86-108

York, E. (2014). Social Resources and disordered living conditions: Evidence from a National Sample of Community-Residing older adults. *Res Aging*, 36 (2), p. 399-430